

10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP

AT Gênero, Democracia e Políticas Públicas

Belo Horizonte, agosto de 2016

Representação política e gênero no Brasil – um balanço

Danusa Marques¹

Mariana Mesquita²

Introdução

Considerando o amplo campo de pesquisas de gênero no Brasil, a Ciência Política não ocupa tradicionalmente um grande espaço, embora a sua produção esteja se ampliando nos últimos anos. Em uma rápida avaliação da área, uma parte importante do debate sobre gênero e política no campo acadêmico brasileiro parece ter se dedicado bastante ao estudo dos entraves à representação política das mulheres, principalmente focando na necessidade de ampliação do número de mulheres parlamentares. O debate sobre representação política e gênero na América Latina desde os anos 1990 está muito relacionado à temática das cotas de gênero na política e o Brasil também passou por essa influência. Em uma rápida busca no *Scielo*, a plataforma que concentra a produção mais importante de artigos acadêmicos da área, pelos textos sobre representação política, eleições e gênero, a centralidade das pesquisas sobre cotas de gênero se mostra imediatamente.

Mais do que fazer uma revisão bibliográfica que tente organizar e dar sentido a um volume de produção específico, o objetivo dessa pesquisa é a realização de um balanço panorâmico da produção sobre representação política e gênero efetuada no campo acadêmico brasileiro nos últimos vinte anos, entre 1995 e 2015, com a intenção de compreender quais são os principais argumentos, conceitos, desenhos de pesquisa e referenciais teóricos apresentados nos trabalhos publicados nas revistas de maior impacto. Uma parte importante da investigação é a tentativa de compreender qual é o

¹ Professora adjunta do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (IPOL/UnB) e pesquisadora do Demodê – Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades.

² Graduanda em Ciência Política na Universidade de Brasília – UnB e pesquisadora do Demodê – Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades.

espaço do debate sobre cotas de gênero, partindo-se de uma ideia inicial de que a produção parece estar monopolizada pelo debate sobre o mecanismo institucional de ajuste na eleição de representantes. Como afirmam Sacchet e Speck:

A discussão sobre a baixa presença de mulheres em cargos parlamentares no Brasil é preponderantemente pautada pelo debate das cotas. O foco das análises é o não-cumprimento desta medida pelos partidos, em função de uma justiça eleitoral ineficiente que não pune os partidos infratores da lei, e a sub-representação das mulheres, considerada uma consequência do baixo número delas que concorre como candidatas. De fato, mesmo com a implementação das cotas, o número de mulheres selecionadas como candidatas tem sido muito inferior ao número de homens (SACCHET e SPECK, 2012, p. 178).

Assim, é também um objetivo da pesquisa compreender como a discussão sobre as cotas para reformas e ajustes no modelo representativo e sobre seu impacto na representação substantiva das mulheres são mobilizadas pelas pesquisas brasileiras contemporâneas.

Apesar da grande diversidade de abordagens possíveis sobre representação política e gênero, é consenso na Ciência Política latino-americana a grande importância do debate sobre cotas (especificamente este tema, mais do que um amplo debate sobre ações afirmativas), principalmente impulsionadas pelo processo de adoção de reformas eleitorais que estabeleceram reservas de candidaturas para mulheres desde a década de 1990. Este é um tema sempre presente nas discussões sobre gênero e representação política das últimas duas décadas. A Argentina foi o primeiro país a adotá-las, em 1991. Depois dos compromissos pela busca da igualdade de gênero firmados pelos Estados na Conferência de Beijing, em 1995, essa inovação institucional se espalhou pelo continente, tendo sido implementada por diversos países – inclusive o Brasil, em 1995, tendo sua primeira experiência efetiva em 1996. Desde então, apesar de alguns exemplos de baixa efetividade por uma variada combinação de desenhos de sistemas partidários e regras eleitorais específicas (inclusive a própria experiência brasileira), as cotas se tornaram um elemento central no debate sobre representação, eleição e inclusão política das mulheres latino-americanas. Mesmo que em vários estudos elas não sejam o objeto de estudo principal, debatê-las passou a ser crucial, porque se tornaram fundamentais tanto para abordagens descritivas quanto para discussões mais profundas sobre representação substantiva e diversidade na política democrática. Ainda assim, a

impressão de que o debate brasileiro parece estar monopolizado pelo debate sobre cotas não foi testada, observada ou analisada. É preciso entender qual é o tamanho deste debate, quais argumentos acompanham e quais são os referenciais teóricos mobilizados nesta área de pesquisa, a fim de se compreender o que estamos produzindo.

Metodologia

Como metodologia para a definição do *corpus* da pesquisa, realizou-se um levantamento dos principais artigos acadêmicos sobre representação, eleições e gênero de autoras/es brasileiras/os ou estrangeiras/os atuantes no campo acadêmico brasileiro disponíveis na plataforma *Scielo* publicados entre 1995 e 2015³. Neste momento, foram selecionados quinze (15) artigos.

Em uma segunda rodada, a partir do debate sobre gênero e representação nestes textos, das citações e referências bibliográficas (ainda que o artigo não tratasse apenas desta temática), foram identificados outros nove (9) textos da área de pesquisa presentes no *Scielo* e dois (2) artigos em revistas que não estão na plataforma. Considerando-se que os critérios de inclusão de um periódico no *Scielo* são parâmetros oficiais para avaliação do trabalho acadêmico no Brasil e que a presença na plataforma tem alto impacto na circulação do trabalho, optou-se por não incluir no *corpus* da pesquisa os dois artigos que foram publicados em revistas não-indexadas, apesar de tratarem da temática⁴. A partir da leitura, classificação e análise destes nove artigos, selecionaram-se outros dois (2) textos em uma terceira rodada.

Os 26 artigos selecionados nesta pesquisa foram analisados buscando-se identificar os principais debates e conceitos sobre representação política e gênero, as abordagens metodológicas utilizadas, as referências bibliográficas ali apresentadas e o espaço do debate sobre cotas em cada estudo. Assim, a análise se dedicou a

³ Para esta pesquisa, optou-se pela limitação do *corpus* aos artigos publicados em revistas acadêmicas. Há uma série de livros publicados no período analisado que foram identificados como relevantes, assim como algumas teses de doutorado e dissertações de mestrado, mas sua organização teria um impacto negativo na capacidade de comparação das unidades aqui analisadas. *Papers* apresentados em congressos também foram identificados, mas não foram incluídos, apesar de sua proximidade de organização com artigos, por considerarmos que são primeiras versões de debate, ainda a serem finalizados. No anexo, indicamos os livros, teses e *papers* identificados mas não selecionados para esta pesquisa.

⁴ São eles: ALVES, J.E.D., CAVENAGHI, S.M. e ALCÂNTARA, A.P. de. (2007), “Participação das mulheres nas eleições de 2004: avaliação da política de cotas no Brasil”, *Gênero*, v. 7, n. 2, p. 195-215; BOLOGNESI, B. (2012), “A cota eleitoral de gênero: política pública ou engenharia eleitoral?”, *Paraná Eleitoral*, v. 1 n. 2 p 113-129.

compreender como esta área específica de estudos se organizou nos últimos vinte anos, quais discussões foram mais dominantes entre as investigações, como elas foram constituídas e quais são as agendas de pesquisa que despontaram nos últimos anos.

Para a análise das abordagens e dos conceitos utilizados na discussão dos artigos, foi realizada uma categorização temática dos principais conceitos trabalhados no debate sobre gênero e representação em cada texto (estruturado pela análise dos textos), assim como foi identificado o tema principal do artigo (de forma exclusiva). A classificação da abordagem metodológica do texto evitou criar uma dicotomia entre artigos teóricos e empíricos ou entre abordagens qualitativas ou quantitativas, visto que todas elas são importantes para o desenho das pesquisas, mas de forma a agregar de maneira inteligível as diferentes abordagens optou-se por classificar a metodologia de análise em três categorias: não-empírica, empírica majoritariamente quantitativa e empírica majoritariamente qualitativa.

As referências bibliográficas foram selecionadas a partir da análise do debate sobre representação e gênero presente nos artigos. Não se analisa aqui toda a bibliografia do texto, mas somente as obras que foram referenciadas no debate específico que aqui é analisado.

Uma apresentação geral dos artigos, das revistas e das autorias

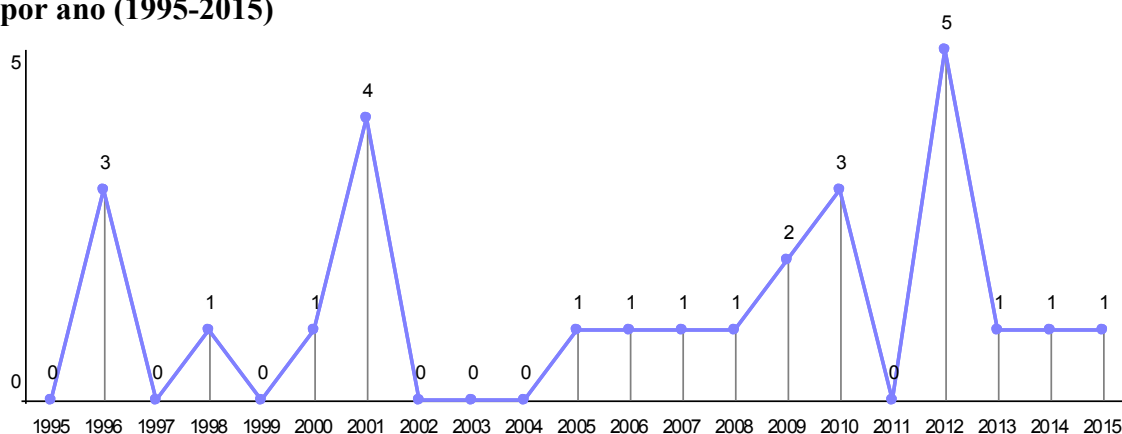
Analisando-se a evolução do número de artigos que tratam sobre o debate de representação política, eleições e gênero no Brasil, vê-se que há três picos de publicação: um em 1996 (ano seguinte à implementação das cotas de gênero no Brasil), outro em 2001 e outro em 2012.

Dois artigos de 1996 tratam sobre cotas de gênero e foram publicados em um dossiê da *Revista Estudos Feministas (REF)* que trazia textos debatidos no “Seminário Ações Afirmativas estratégia anti-discriminatória”, realizado em junho de 1996 no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Ambos são assinados por então filiadas do Partido dos Trabalhadores (PT): Tatau Godinho e Marta Suplicy, autora do projeto de lei das cotas no Brasil, naquele momento deputada pelo estado de São Paulo. O terceiro texto, também publicado na REF, trata sobre gênero e mídia e não debate a questão das cotas.

O pico de 2001 traz quatro textos (três publicados na *REF* e um na *Dados – Revista de Ciências Sociais*), sendo três deles focados na discussão sobre cotas de gênero (2 na *REF* e 1 na *Dados*). O outro debate as relações entre gênero e cidadania.

O pico de 2012, por sua vez, é o maior e mais diverso. São cinco artigos, publicados na *REF*, *Opinião Pública* e três deles em números distintos da *Revista Brasileira de Ciência Política* (RBCP), cada um discutindo as relações de gênero com uma temática distinta: representação e associativismo, cidadania, financiamento eleitoral, religião e eleições e, como não poderia faltar, cotas de gênero.

Gráfico 1: Publicação de artigos sobre representação, gênero e eleições no Brasil, por ano (1995-2015)



Fonte: Elaboração própria.

Considerando-se que os artigos analisados foram publicados em periódicos disponíveis no *Scielo*, a variedade de revistas não é muito grande. No entanto, o objetivo aqui é justamente compreender quais são os textos com maior visibilidade no debate brasileiro e com um padrão alto de controle acadêmico.

Tabela 1: Revistas brasileiras que publicaram os textos sobre representação, gênero e eleições (1995-2005)⁵

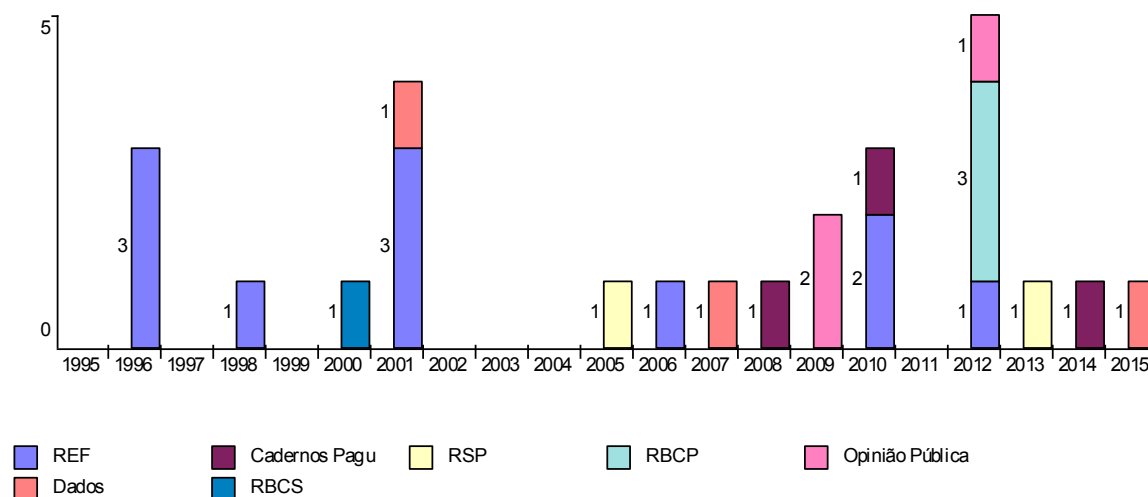
⁵ Além dos artigos brasileiros publicados em revistas não-indexadas no *Scielo*, foram excluídos dois artigos de autor e autora do Brasil que foram publicados fora do país, em inglês. São eles: MIGUEL, L.F. (2008), “Political Representation and Gender in Brazil: Quotas for Women and their Impact”, *Bulletin of Latin American Research*, Vol. 27, No. 2, pp. 197–214; SACCHET, T. (2008), “Beyond Numbers”,

Revista	Artigos	%
REF	11	42,3%
Cadernos Pagu	3	11,5%
RBCP	3	11,5%
Opinião Pública	3	11,5%
Dados	3	11,5%
RSP	2	7,7%
RBCS	1	3,8%
N	26	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

O periódico que publicou a maior parte dos artigos aqui analisados é a *Revista Estudos Feministas*. No Gráfico 2, abaixo, é possível perceber que sua importância é muito grande no começo do período analisado, sendo uma revista pioneira na publicação de artigos sobre representação e gênero. Mesmo quando o cenário começa a se pluralizar a *REF* mantém sua importância como espaço de publicação sobre o tema, sendo a principal revista que publica este debate.

Gráfico 2: Publicação de artigos sobre representação, gênero e eleições no Brasil, por revista e por ano (1995-2015)



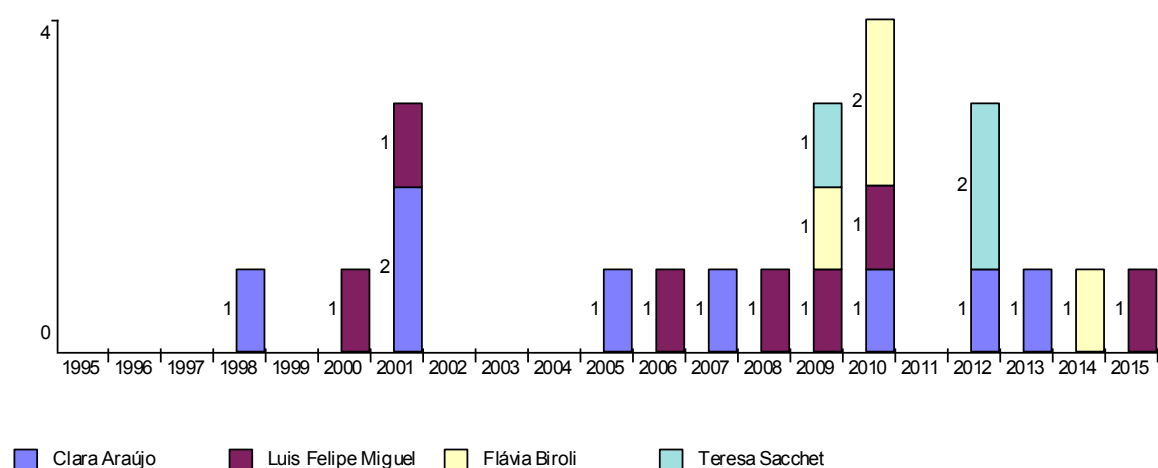
Fonte: Elaboração própria.

International Feminist Journal of Politics, 10:3, 369-386. Vale ressaltar que ambos estão entre as/os autoras/es com maior número de trabalhos publicados no período analisado.

Dos 26 artigos selecionados para análise, onze (11) foram escritos em coautoria. Somam-se, no total, 39 autoras/es, dos quais somente quatro possuem mais de um artigo selecionado no *corpus* da pesquisa: Clara Araújo (UERJ, 8 artigos), Luis Felipe Miguel (UnB, 7 artigos), Flávia Biroli (UnB, 4 artigos) e Teresa Sacchet (USP, 3 artigos).

Quando analisada a produção de apenas esses/as autores/as, vê-se uma publicação consistente e contínua de Araújo e de Miguel no período analisado, e a partir de 2009 se inicia a publicação de Biroli e Sacchet na área.

Gráfico 3: Principais autores, por ano (1995-2015)



Fonte: Elaboração própria.

Quando se analisa a vinculação institucional do total de autoras/es, vê-se uma alta concentração nas suas instituições das quatro principais autoras/es, ainda mais considerando-se que o autor e a autora da UnB, Miguel e Biroli, fazem parte de um mesmo grupo de pesquisa e publicam vários textos em coautoria (entre eles e com outros/as autores/as).⁶

Tabela 2: Instituições das/os autoras/es

⁶ Araújo publicou oito textos, sendo dois em coautoria; Miguel publicou sete textos, sendo cinco em coautoria; Biroli publicou quatro textos, sendo três em coautoria; Sacchet publicou três textos, sendo um em coautoria.

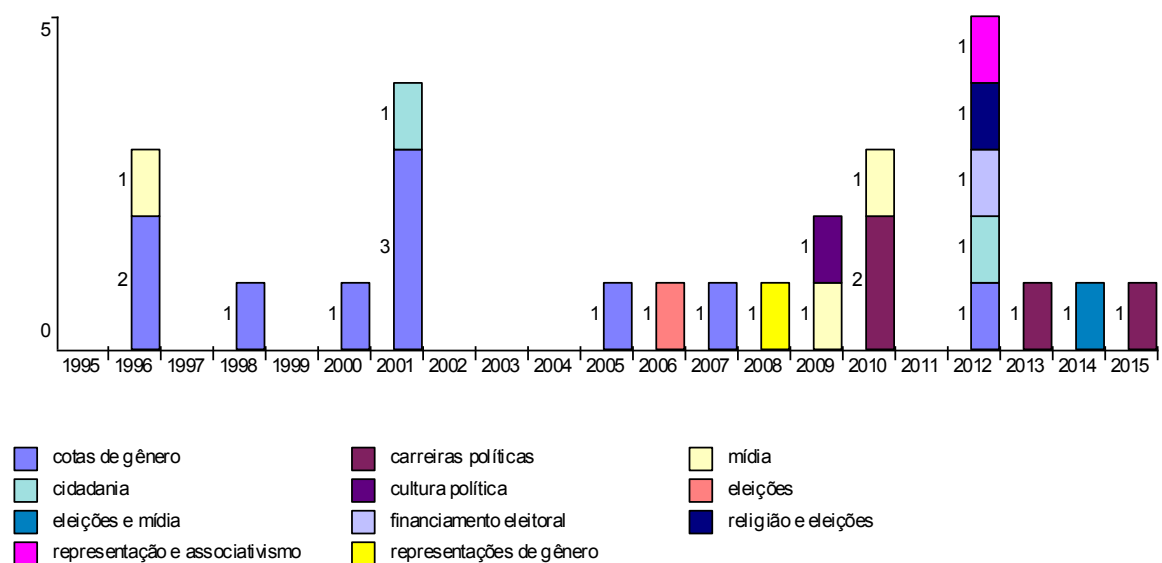
Instituição	autoras/es	%	artigos	%
UnB	15	38,5%	9	34,6%
UERJ	8	20,5%	7	26,9%
UFRJ	3	7,7%	3	11,5%
USP	3	7,7%	3	11,5%
PT	2	5,1%	2	7,7%
UEM	2	5,1%	1	3,8%
Círculo Psicanalítico RJ	1	2,6%	1	3,8%
ENCE/IBGE	1	2,6%	1	3,8%
UFRGS	1	2,6%	1	3,8%
UFSC	1	2,6%	1	3,8%
Unicamp	1	2,6%	1	3,8%
UNIP	1	2,6%	1	3,8%
N	39	100,0%	26	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

As temáticas, os conceitos e os debates nos artigos

Os 26 artigos analisados foram classificados em onze categorias exclusivas de temática principal. Apesar de ser possível que os artigos se enquadrassem em mais de um tema, principalmente porque a área de gênero e representação pode ser bastante variada, decidiu-se também identificar o principal tema de discussão do trabalho, entendendo-o como foco prioritário da pesquisa. Foram identificados, assim, onze temas principais, que assim se distribuíram pelo período analisado:

Gráfico 4: Principais temas, por ano (1995-2015)

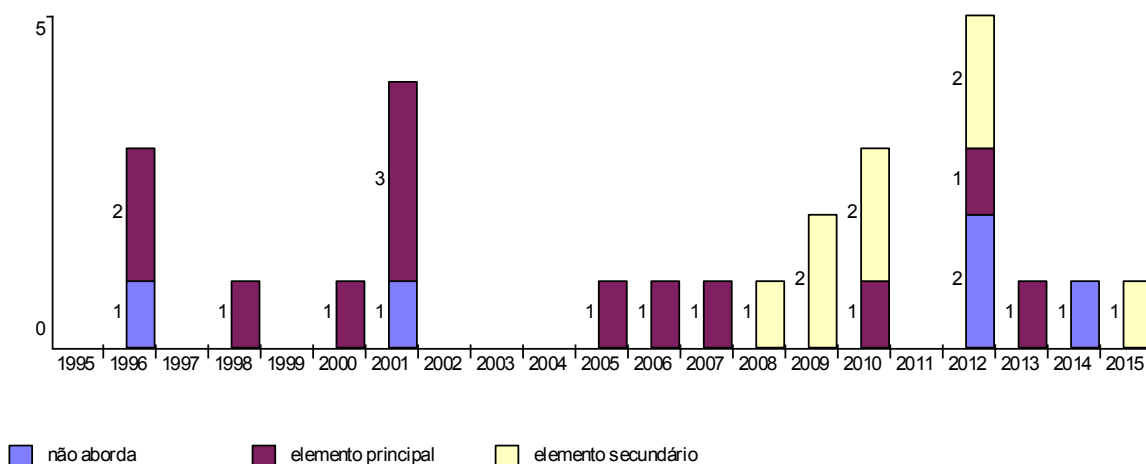


Fonte: Elaboração própria.

Vê-se claramente que apenas a partir de 2008 os temas principais dos artigos passam a se pluralizar, com uma prevalência até 2007 do debate sobre cotas de gênero. O foco na discussão sobre cotas eleitorais é bastante alto, cobrindo metade dos artigos como o elemento principal da discussão (13 artigos). Apenas cinco artigos (19,2%) não tratam em nenhum momento sobre as cotas eleitorais de gênero, o que significa que 21 artigos (80,8%) tocam de alguma maneira o tema, ainda que 13 artigos tenham esse tema como seu foco central.

Quando se analisa a distribuição destes artigos por ano, vê-se que a maior presença do debate sobre cotas se deu principalmente nos primeiros anos do período aqui analisado. Ainda que seja uma temática ainda presente nos últimos anos, a partir de 2008 (justamente quando passa a se pluralizar o tema principal dos artigos) as cotas diminuem sua presença no debate.

Gráfico 5: Abordagem sobre cotas de gênero, por ano (1995-2015)



Fonte: Elaboração própria.

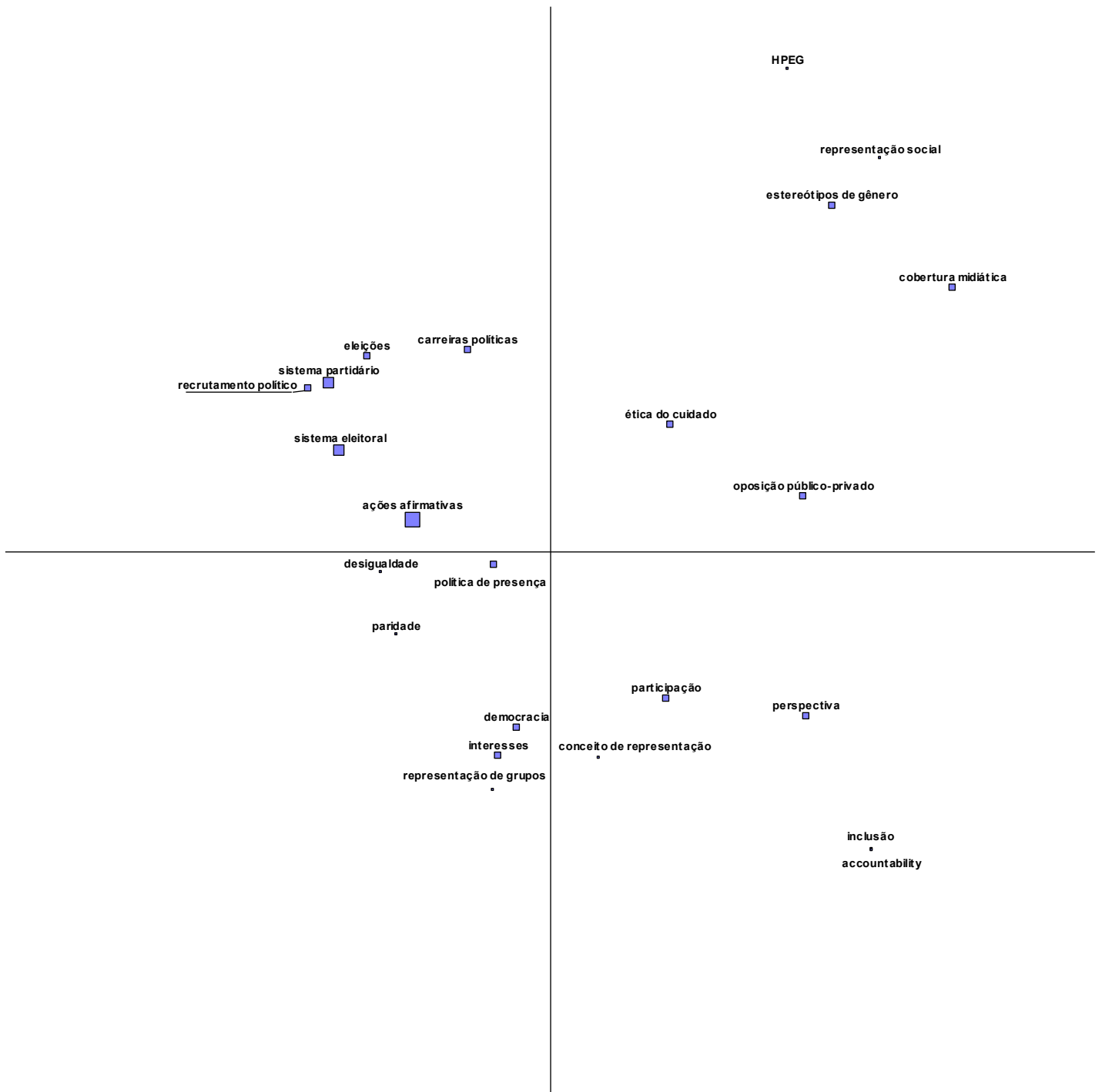
Para entender as abordagens e os conceitos mobilizados nas pesquisas, é preciso expandir a análise das temáticas dos artigos. As categorias apresentadas buscam classificar de maneira ampliada todos os temas que foram mobilizados nos debates dos artigos selecionados, de forma a compreender as relações entre os conceitos trabalhados. Foram identificadas 49 temáticas no total, mas somente oito delas foram mobilizadas em cinco ou mais artigos: ações afirmativas (aqui se incluem cotas e outros tipos de ação afirmativa), em 13 artigos (50%); sistema eleitoral, em oito artigos

(30,8%); sistema partidário, também em oito artigos (30,8%); recrutamento político, em sete artigos (26,9%); democracia, em seis artigos (23,1%); ética do cuidado, também em seis artigos (23,1%); eleições (desde uma abordagem geral), em cinco artigos (19,2%); e oposição público-privado, também em cinco artigos (19,2%).

No Gráfico 6, a seguir, pode-se observar que a análise das variadas temáticas tratadas na discussão sobre representação política e gênero nos artigos mostra o agrupamento de conceitos e debates, indicando que há “conjuntos” de conceitos que se mobilizam de forma independente.

O quadrante que apresenta as temáticas agrupadas de forma mais sistemática é aquele que traz as temáticas mais discutidas no conjunto de artigos analisados, em torno dos debates sobre ações afirmativas, sistema eleitoral, sistema partidário, recrutamento político, carreiras políticas e eleições. Outro conjunto que parece ser mobilizado é o debate sobre mídia, conectando as temáticas de cobertura midiática, estereótipos de gênero, horário eleitoral de propaganda gratuita e representação social.

Gráfico 6: Análise de correspondência entre os 23 temas mais discutidos nos artigos



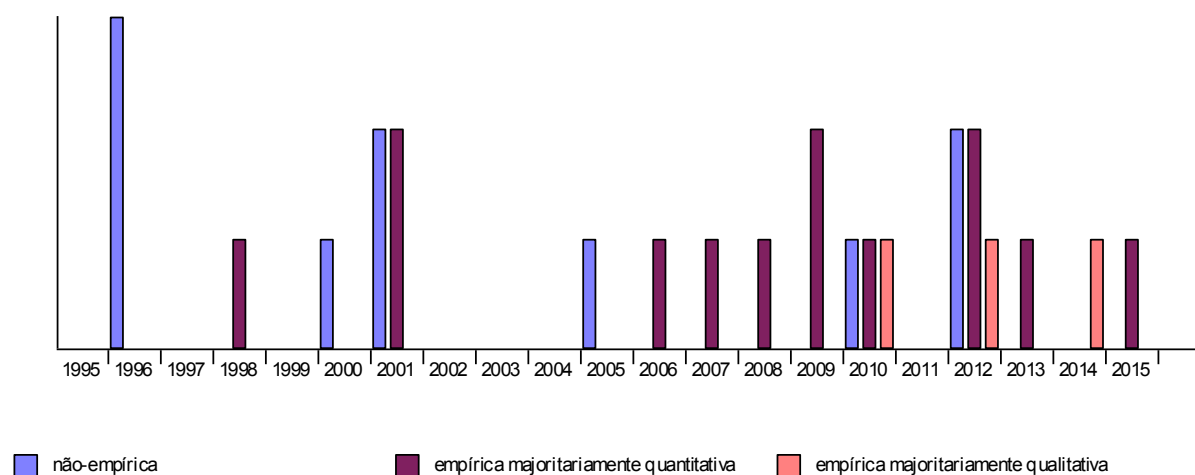
Fonte: Elaboração própria.

A abordagem metodológica dos artigos

Como já indicado, a classificação da metodologia da pesquisa dos artigos analisados foi realizada em função da predominância de uma abordagem e não a sua exclusividade, dentro de três categorias: não-empírica, empírica majoritariamente quantitativa e empírica majoritariamente qualitativa. Assim, observou-se que 10 artigos (38,5%) eram não-empíricos, o que indica que mais da metade dos textos (61,5%) são pesquisas empiricamente orientadas. Destes, somente três (11,5% do total de artigos) são majoritariamente qualitativos, sendo treze (50% do total de artigos) majoritariamente quantitativos.

A análise da abordagem metodológica por ano indica que as análises não-empíricas e empíricas majoritariamente quantitativas se apresentam em todo o período, com predominância desta última nos anos mais recentes, mas que em apenas três anos, a partir de 2010, as análises empíricas majoritariamente qualitativas são publicadas.

Gráfico 7: Abordagens metodológicas, por ano (1995-2015)



Fonte: Elaboração própria.

Considerada a importância do debate sobre cotas nos artigos (visto que 80,8% deles abordam o tema e 50% o têm como debate principal), buscou-se observar se há alguma caracterização metodológica específica das pesquisas sobre cotas. No entanto, quando o debate sobre cotas é controlado pela metodologia dos artigos não é possível afirmar que estejam relacionados:

Tabela 3: Abordagem sobre cotas e metodologia dos artigos

Metodologia/Abordagem sobre cotas	não aborda	elemento principal	elemento secundário	TOTAL
não-empírica	2	6	2	10
empírica majoritariamente quantitativa	1	6	6	13
empírica majoritariamente qualitativa	2	1	0	3
N	5	13	8	26

Qui² = 7,12, gl = 4, 1-p = 87,02%.

Fonte: Elaboração própria.

Bibliografia mobilizada nos debates sobre representação e gênero

A análise aqui empreendida teve o objetivo de identificar os debates específicos sobre representação e gênero mobilizados, e não todos os debates trazidos nos artigos. Desse modo, nos importa compreender quais são as referências que serviram de base para o desenvolvimento das pesquisas e quais são autores/as e obras centrais que direcionam o debate empreendido nas duas últimas décadas no Brasil.

Foram observadas 414 referências⁷ no debate sobre representação e gênero dos 26 artigos analisados. Na Tabela 4, abaixo, estão indicadas as principais referências bibliográficas mobilizadas.

Tabela 4: Bibliografia mais presente nos artigos⁸

Bibliografia principal	n	%
ARAÚJO, Clara	16	3,9%
PHILLIPS, Anne	12	2,9%
YOUNG, Iris Marion	12	2,9%
MIGUEL, Luis Felipe	10	2,4%
PATEMAN, Carole	9	2,2%
BOURDIEU, Pierre	8	1,9%
AVELAR, Lúcia	7	1,7%

⁷ As referências bibliográficas utilizadas no debate sobre representação e gênero não incluem somente autoras/es relacionados diretamente à temática, mas qualquer menção no momento do debate da temática no artigo. Elas foram organizadas por obra citada, por causa do interesse de identificação de obras-chave para o debate. No entanto, para melhor sistematização dos dados optou-se por agrupar citações de obras de um/a mesmo/a autor/a (a indicação sem data indica o somatório de todas as obras citadas daquele/a autor/a). Referências com data significam que apenas aquela obra do/a autor/a foi citada. Coautorias não foram separadas por autor, mas tratadas como um conjunto.

⁸ Como explicado na nota 5, acima, a tabela agrupou obras diferentes dos mesmos autores mas manteve as coautorias separadas. Assim, vale notar que, se separadas as coautorias por menção à autora, Pippa Norris ficaria com 13 citações (em segundo lugar), e Mala Htun e Joni Lovenduski ficariam com 7 citações (em sétimo lugar). As células em azul destacam os/as autoras/es brasileiras/os.

MATLAND, Richard	7	1,7%
NORRIS, Pippa	7	1,7%
ELSHTAIN, Jean Bethke	6	1,4%
RULE, Wilma	6	1,4%
PINTO, Celi	5	1,2%
PITKIN, Hanna (1967)	5	1,2%
RUDDICK, Sarah (1989)	5	1,2%
CHAPMAN, Jenny (1993)	4	1,0%
DARCY, Robert et. al. (1994)	4	1,0%
DELPHY, Christine (1994)	4	1,0%
FRASER, Nancy	4	1,0%
GILLIGAN, Carol (1982)	4	1,0%
HTUN, Mala e JONES, Mark P.	4	1,0%
LOVENDUSKI, Joni	4	1,0%
OKIN, Susan	4	1,0%
SACCHET, Teresa	4	1,0%
VARIKAS, Eleni	4	1,0%
BURRELL, Barbara	3	0,7%
CHODOROW, Nancy (1978)	3	0,7%
HTUN, Mala	3	0,7%
MARX, Jutta, BORNER, Jutta e CAMINOTTI, Mariana	3	0,7%
MOUFFE, Chantal	3	0,7%
NORRIS, Pippa e INGLEHART, Ronald	3	0,7%
NORRIS, Pippa e LOVENDUSKI, Joni	3	0,7%
PINHEIRO, Luana	3	0,7%
TAVARES, José Antônio Giusti	3	0,7%
N	414	

Fonte: Elaboração própria.

Células marcadas em azul destacam autores/as brasileiras/os.

Como se pode observar pela Tabela 4, a maior parte das referências bibliográficas está concentrada nas obras de autoras/es estrangeiras. Apesar de não ser excludente, a maior presença de autoras/es estrangeiras é um forte indicador de como o debate sobre representação e gênero no Brasil é fortemente colonizado, principalmente por autoras/es anglófonas/os. Entre as autoras/es brasileiras/es citadas, destacam-se Clara Araújo e Luis Felipe Miguel, a principal autora e autor dentre os artigos analisados (em um mergulho em seus artigos, vê-se que as autocitações correspondem a cerca de 10% de suas referências, em ambos os casos), mas excetuando-se os seus artigos o percentual de referências a suas obras permanece o mesmo – o que indica que são amplamente citados por todos/as os/as autores/as, sendo sólidas referências na área. As demais citações são a obras de Lúcia Avelar e Celi Pinto, importantes pesquisadoras

da área de gênero e muito atuantes na década anterior a esta pesquisa⁹ e com livros importantes publicados no período analisado¹⁰; Luana Pinheiro, pesquisadora da área de gênero que tem a dissertação de mestrado e a sua publicação em um livro¹¹ como referências importantes e José Antônio Giusti Tavares, pesquisador da área de sistemas eleitorais.

As relações entre as revistas, a autoria e a bibliografia

Qualquer pesquisa sobre produção acadêmica identifica, rapidamente, que as revistas têm perfis diferenciados (cf. Marques e Machado, 2016; Leite, 2010). Isso é fruto da própria ideia de diversidade do campo acadêmico, o que faz com que as revistas busquem uma linha editorial específica e que pesquisadoras/es busquem uma revista com um perfil específico para publicar. É claro que há mudanças nesse processo – o recente incentivo sistemático para que as revistas atendam a uma ideia de livre demanda científica, a pressão pelo fim dos dossiês, critérios inflexíveis para indexação, penalizações às revistas por não publicar em inglês ou publicar traduções são sinais desse processo –, mas é possível identificar diferenças nas temáticas publicadas pelos diferentes periódicos ao longo dos vinte anos aqui analisados.

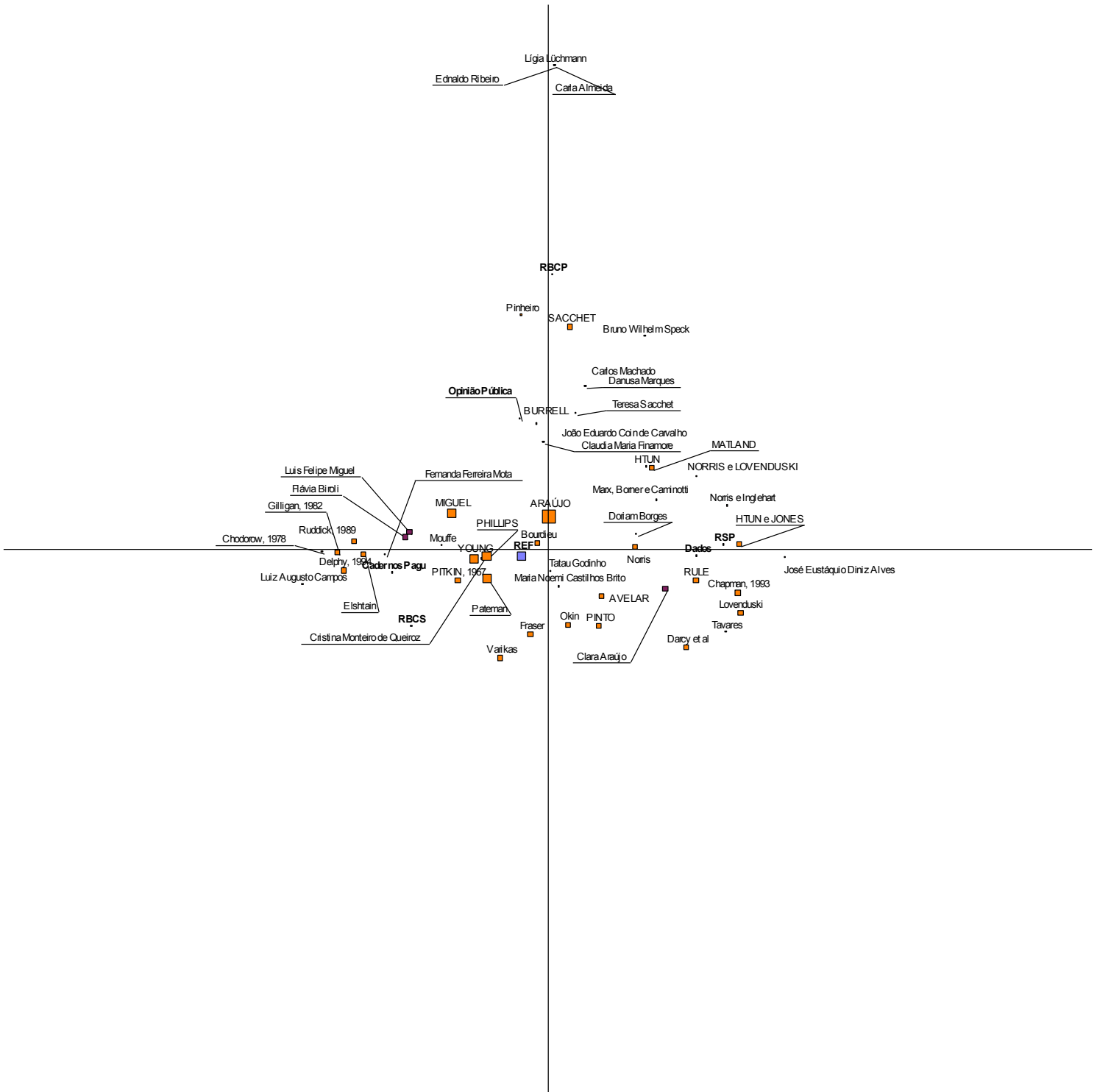
No Gráfico 8, a seguir, é possível observar a relação entre as revistas, as autorias e a bibliografia mobilizada. Apesar de não ser possível caracterizar uma diferença exatamente clara, vê-se que o periódico com maior número de artigos (a *REF*) e a principal referência bibliográfica (Araújo) estão próximas do encontro dos eixos, o que indica que estão em uma posição de referência para todos os debates. Clara Araújo, que também é a principal autora, se localiza em sua autoria no quadrante mais próximo à *Dados*. Os/as autoras/es dedicadas/os ao estudo de gênero e mídia estão próximas/os do quadrante da *Opinião Pública*, onde também se localiza a referência a Miguel.

⁹ Pinto publicou um artigo importante em ano próximo do início do período analisado, de 1994, que não foi incluído no *corpus* devido ao recorte da pesquisa: PINTO, Céli Regina. (1994), "Mulher e Política no Brasil: Os Impasses do Feminismo enquanto Movimento Social, face às Regras do Jogo da Democracia Representativa". *Revista Estudos Feministas*, número especial, pp. 256-270.

¹⁰ AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira: canais de acesso ao poder*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1996. (2ª edição publicada em 2001) e PINTO, Celi. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

¹¹ PINHEIRO, Luana Simões. *Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós- Constituinte*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

Gráfico 8: Análise de correspondência: Revista, autoria e bibliografia principal



Fonte: Elaboração própria.

Se considerarmos que 80,8% dos artigos tratam sobre a questão das cotas de gênero na política, é importante incluir esta variável na análise, especificando os artigos que abordam as cotas, para entender seu impacto e sua relação com os demais fatores

analisados. Assim, vemos que as áreas, ou “conjuntos” de debates se dividem de forma mais clara.

Gráfico 9: Análise de correspondência: Revista, autoria e bibliografia principal e abordagem sobre cotas



Fonte: Elaboração própria.

Com a inclusão do debate sobre cotas, a distribuição dos dados nos quadrantes fica mais delineada em relação às revistas, referências e autorias. No quadrante onde cotas são um elemento secundário, o principal autor é Luis Felipe Miguel, a principal referência bibliográfica também é Miguel e as demais referências são principalmente as autoras que tratam sobre a questão da ética do cuidado. Neste quadrante também está uma das principais autoras, Flávia Biroli. No quadrante onde cotas são um elemento principal, a principal autora é Clara Araújo e as principais referências são autoras/es que tratam das questões de desenho institucional em relação ao debate de representação e gênero, assim como outras autoras feministas brasileiras, de uma geração anterior. No quadrante da *REF* estão como referências bibliográficas as autoras que debatem o conceito de representação política e o impacto do debate sobre desigualdades e minorias para esta área. No último quadrante, está Teresa Sacchet (cujo ponto de autoria e citação coincide) e as referências estão principalmente relacionadas ao debate sobre recrutamento político.

Embora essa análise explique apenas parte das muitas características do conjunto de artigos aqui analisado, ela traz essa capacidade de fazer-nos visualizar as aproximações e distanciamentos entre as principais abordagens sobre representação e gênero no Brasil hoje. Em uma análise simples, podemos dizer que o debate sobre representação e gênero nos artigos analisados se divide em quatro conjuntos: aquele que discute principalmente as cotas, capitaneado por Clara Araújo; aquele que trata das cotas apenas secundariamente, cujas principais referências são as autoras do debate da ética do cuidado; aquele que inclui a maior parte dos artigos da *REF*, cujas referências são as autoras anglófonas que trabalham sobre o tema ; e o quadrante cujas referências são principalmente as/os autoras/es que tratam sobre recrutamento político. Ainda que seja possível notar essa divisão, a obra de Clara Araújo é um ponto em comum com todos esses estudos, identificando esta autora como referência para toda a área.

Conclusão

Este trabalho, que buscava traçar um panorama geral da produção sobre representação política e gênero nos últimos vinte anos, foi capaz de nos indicar que nos periódicos indexados no Scielo o tema não é muito grande e, ainda por cima, é bastante

localizado em revistas especializadas na discussão sobre gênero – mais de metade da produção foi publicada na *REF* e na *Cadernos Pagu*. Mesmo não sendo, portanto, uma área exatamente expressiva nas ciências sociais brasileiras, a hipótese de que os artigos priorizariam o debate sobre as cotas de gênero na política se confirmou. As cotas são citadas por 80% dos artigos e são tema principal em metade deles, o que mostra que praticamente toda a área precisa falar sobre as cotas quando trata sobre representação e gênero. No entanto, há uma tendência de diminuição desse cenário, porque as cotas vêm se secundarizando no debate desde 2008. Uma hipótese importante em relação a isso é o impacto da publicação, em 2007, do artigo de Clara Araújo e José Eustáquio Diniz Alves, na *Dados*, que afirma que:

Mais uma vez, os últimos resultados eleitorais no Brasil apontam para a fragilidade das cotas (estabelecidas pela Lei 9.504/97) como caminho de ampliação da participação política das mulheres. E isto nos instiga, ainda mais, a tentar entender sob quais condições políticas e sociais as mulheres tendem a obter melhores ou piores performances eleitorais. De igual modo, suscita inúmeras perguntas acerca dos fatores e variáveis que operam para que as cotas permaneçam em um patamar considerado insatisfatório (ARAÚJO e ALVES, 2007, p. 535).

Este artigo é importante e, embora seja citado na discussão sobre gênero e representação mobilizada nos textos aqui analisados em apenas um artigo (Araújo e Borges, 2013), ele marca um debate em que a principal autora da área indica a insuficiência das cotas – sendo o objeto desse artigo entender essa mesma insuficiência para o sucesso eleitoral feminino no Brasil. A partir de então, apenas três textos tiveram as cotas como elemento central, sendo dois deles dessa mesma autora (Araújo, 2010; Araújo e Borges, 2013) e um de outra autora (Sacchet, 2012).

O que é possível afirmar em relação a tendências para a área, de acordo com os dados analisados? Parece-nos que a tendência geral é de pluralização, tanto de autores/as (o que é um impacto do crescimento do número de pesquisas na área e formação de novos/as pesquisadores/as) quanto de temáticas, com um menor espaço para o debate focado nas cotas de gênero. Em relação às revistas, também é possível afirmar que elas vêm se pluralizando – mas aqui é necessário compreender que a publicação de artigos não é condicionada “apenas” pela livre produção acadêmica, mas sofre impactos de decisões de todo o campo de publicações científicas do Brasil e do

exterior. Os últimos anos foram de reorganização das revistas brasileiras, o que pode gerar um impacto importante na produção sobre gênero e política.

Bibliografia

ARAÚJO, Clara. “Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo – um estudo comparado entre Brasil e Argentina”. *Revista Estudos Feministas*, 18(2): 352, 2010.

ARAÚJO, Clara e José Eustáquio Diniz ALVES. “Impactos de Indicadores Sociais e do Sistema Eleitoral sobre as Chances das Mulheres nas Eleições e suas Interações com as Cotas”. *Dados*, vol. 50, nº 3, 2007.

ARAÚJO, Clara e Dorian BORGES. “Trajetórias políticas e chances eleitorais: analisando o “gênero” das candidaturas em 2010”. *Revista de Sociologia Política*, vol. 21, nº 46, 2013.

LEITE, Fernando Baptista. “Posições e divisões na ciência política brasileira contemporânea: explicando sua produção acadêmica”. *Revista de Sociologia Política*, vol. 18, n. 37, p. 149-182, 2010.

MARQUES, Danusa e Carlos MACHADO. “As ciências sociais brasileiras e a temática das desigualdades (2000 a 2010)”, em MIGUEL, Luis Felipe (org.). *Desigualdades e democracia: o debate da teoria política*. São Paulo: Ed. Unesp, 2016.

SACCHET, Teresa. “Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas”. *Revista Estudos Feministas*, 20(2): 256, 2012.

SACCHET, Teresa e Bruno SPECK. “Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006”. *Opinião Pública*, vol. 18, nº 1, 2012.

Anexo

Relação de autoria dos artigos analisados

Autor/a	Artigos	%
Clara Araújo	8	20,5%
Luis Felipe Miguel	7	17,9%
Flávia Biroli	4	10,3%
Teresa Sacchet	3	7,7%
Bruno Wilhelm Speck	1	2,6%
Carla Almeida	1	2,6%
Carlos Machado	1	2,6%
Claudia Maria Finamore	1	2,6%
Cristina Monteiro de Queiroz	1	2,6%
Danusa Marques	1	2,6%
Doriam Borges	1	2,6%
Ednaldo Ribeiro	1	2,6%
Fernanda Ferreira Mota	1	2,6%
João Eduardo Coin de Carvalho	1	2,6%
José Eustáquio Diniz Alves	1	2,6%
Luiz Augusto Campos	1	2,6%
Lígia Lüchmann	1	2,6%
Maria das Dores Campos Machado	1	2,6%
Maria Noemi Castilhos Brito	1	2,6%
Marta Suplicy	1	2,6%
Tatau Godinho	1	2,6%
Total	39	100,0%

N = 26 artigos.

Relação de temas tratados no debate sobre representação e gênero nos artigos

Temas do debate	Freq.	%
ações afirmativas	13	50,0%
sistema eleitoral	8	30,8%
sistema partidário	8	30,8%
recrutamento político	7	26,9%
democracia	6	23,1%
ética do cuidado	6	23,1%
eleições	5	19,2%
oposição público-privado	5	19,2%
participação	4	15,4%
perspectiva	4	15,4%

carreiras políticas	4	15,4%
cobertura midiática	4	15,4%
estereótipos de gênero	4	15,4%
interesses	4	15,4%
política de presença	4	15,4%
accountability	3	11,5%
conceito de representação	3	11,5%
deliberação	3	11,5%
desigualdade	3	11,5%
HPEG	3	11,5%
inclusão	3	11,5%
paridade	3	11,5%
representação de grupos	3	11,5%
representação social	2	7,7%
aborto	2	7,7%
cidadania	2	7,7%
comportamento eleitoral	2	7,7%
cultura política	2	7,7%
esfera pública	2	7,7%
essencialismo	2	7,7%
família política	2	7,7%
financiamento eleitoral	2	7,7%
igualdade	2	7,7%
legitimidade	2	7,7%
liberalismo	2	7,7%
multiculturalismo	2	7,7%
representação descritiva	2	7,7%
representação substantiva	2	7,7%
ambição política	1	3,8%
ativismo online	1	3,8%
autonomia	1	3,8%
conceito de política	1	3,8%
contrapúblicos subalternos	1	3,8%
desenvolvimento socioeconômico	1	3,8%
identidades	1	3,8%
justiça	1	3,8%
reconhecimento	1	3,8%
religião	1	3,8%
N	26	

Relação de livros, *papers*, teses e dissertações citados publicados no período 1995-2015, não incluídos na análise.

AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira: canais de acesso ao poder*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1996. (2a. Edição 2001).

PINTO, C., MORITZ, L., SCHULZ, R. e MORAES, T. *Perfis, Trajetórias, Desempenhos: Uma Pesquisa com as Vereadoras Gaúchas*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2000.

PINTO, Celi. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ALVES, José Eustáquio Diniz. *Mulheres em Movimento: Voto, Educação e Trabalho*. Ouro Preto, Editora Revista Escola de Minas, 2003.

MACHADO, Maria das Dores C. *Política e religião*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

PINHEIRO, Luana Simões. *Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós- Constituinte*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

ALVES, J. E. D.; PINTO, C. R. & JORDÃO, F. (orgs.). *As mulheres nas eleições de 2010*. Rio de Janeiro: ABCP, 2013.

BIROLI, Flávia. *Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática*. Niterói, Eduff; Vinhedo, Editora Horizonte, 2013.

BIROLI, Flávia. *Família: novos conceitos*. São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo, 2014.

Teses e dissertações:

ARAÚJO, Clara. *Cidadania incompleta: o impacto da lei de cotas sobre a representação política das mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1999.

ALVARES, Luzia. *Mulheres na competição eleitoral, seleção de candidaturas e o padrão de carreira política no Brasil*. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 2004.

ALCÂNTARA, Adeilton. *A Participação Feminina nas Eleições de 2004 no Brasil*. Dissertação de mestrado, ENCE, Rio de Janeiro. 2006.

PINHEIRO, Luana Simões. *Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte*. Brasília. Dissertação (Mestrado em Sociologia).